



LEI N.º 938 DE 25 DE MARÇO DE 2002.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA EFETUAR PARCELAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE 2001 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar parcelamento dos débitos até o Exercício Financeiro de 2001, referente ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, aos contribuintes cadastrados no município e não inscritos na Dívida Ativa.

Art. 2º. Para efeito de atualização, será acrescido ao valor principal multa de 2% e juros de 1% ao mês, calculados do vencimento inicial até a data do pagamento total da dívida.

Parágrafo único. Após o cálculo estabelecido no “caput” deste artigo, definir-se-á o valor de cada parcela, sendo que este não poderá ser inferior a 01 (uma) UPF-NX.

Art. 3º. A quantidade máxima de parcelas será de 32 (trinta e dois) meses, observado o estabelecido no Parágrafo Único, do art. 2º desta lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nºs 900 de 06 de agosto de 2001, 916 de 15 de outubro de 2001 e 918 de 26 de novembro de 2001.

Palácio dos Pioneiros
Gabinete do Prefeito Municipal
Nova Xavantina, 25 de março de 2002.

ROBISON APARECIDO PAZETTO
Prefeito Municipal

Registro 149
Livro 009/2001
Folha 168 V
Data 25.03.2002

Maiz
Responsável